

**PROCESSO Nº:** 17154/2018-9

**RELATOR:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO PAULO CÉSAR DE SOUZA

**NATUREZA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

**RESPONSÁVEL:** FRANCISCO TEÓFILO SOBRINHO

**MUNICÍPIO:** ARACOIABA

**UNIDADE GESTORA:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ARACOIABA

**EXERCÍCIO:** 2013 (Período: 01.01 a 31.12)

## **RELATÓRIO**

Trata-se da Prestação de Contas de Gestão do Instituto de Previdência do Município de Aracoiaba, exercício 2013 (período de 01.01 a 31.12), de responsabilidade do Sr. Francisco Teófilo Sobrinho, cujo valor da despesa orçamentária empenhada no período foi de R\$ 2.494.924,59 (dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

2. A 10ª Inspeção do extinto Tribunal de Contas dos Municípios procedeu à análise técnica das referidas contas, emitindo a Informação Inicial nº 33892015, na qual apontou as seguintes irregularidades:

(1) Solicitação de documentos atinentes aos processos licitatórios referentes aos credores 1) ASP-automação, serviços e produtos de informática; 2) 3IT Consultoria LTDA ME; 3) ARIMA-Consultoria atuarial, financeira e mercad;

(2) Solicitação de documentos atinentes aos contratos listados;

(3) Solicitação de documentos quanto às diárias concedidas ao Sr. Francisco Teófilo Sobrinho nos eventos ocorridos na cidade de Fortaleza/CE (Portarias nos 14.017 e 14.019), bem como esclarecimentos acerca do fato de a Portaria nº 14.019 ter autorizado a concessão de diárias para período que compreendeu os dias 11/05 e 12/05 de 2013, respectivamente sábado e domingo;

(4) Quanto ao saldo financeiro:

(4.1) Inicial: identificou divergências no tocante às contas nº 7779-8, nº 7780-1, nº 7781-x, nº 7782-8 e nº 230-0, para as quais solicitou a regularização, na fase diligencial, da situação apontada;

(4.2) Final: identificou divergências no tocante às contas nº 7779-8, nº 7780-1, nº 7781-x, nº 7782-8, nº 7783-6 e nº 230-0, para as quais solicitou a regularização, na fase diligencial, da situação apontada;

(5) Não foi possível atestar a regularidade dos balanços financeiro e patrimonial, em virtude das diferenças em relação ao saldo financeiro.

3. Quanto às Obras e Serviços de Engenharia, declarou que, em cumprimento às diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Fiscalização, não houve inspeção *in loco* nessa unidade gestora no período em análise.

4. Cientificado para apresentar suas razões de defesa, o responsável apresentou-as tempestivamente (seq. 51).

5. Em fase complementar, a unidade técnica emitiu a Informação nº 9287/2016, concluindo pela permanência de pendências quanto aos itens 1 a 5.

6. Em virtude da constatação de fatos novos, à seq. 56, consta despacho do Relator no sentido de intimar novamente o Sr. Francisco Teófilo Sobrinho a fim de que apresente esclarecimentos quanto aos itens 2.3, 3.1 e 5.1 da Informação nº 9287/2016.

7. Cientificado para apresentar suas razões de defesa, o responsável novamente apresentou-as tempestivamente (seq. 101).

8. Em análise das razões de defesa apresentadas quanto aos fatos novos (1. licitação; 2. contratos; 3. saldo financeiro inicial), Informação nº 1795/2017, a unidade técnica concluiu pela permanência de falhas em relação aos itens 1 e 2.

9. Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer nº. 1001/2019-MPjuntoTCE, sugerindo o que se segue:

Ante o exposto, o Ministério Público junto ao TCE/CE requer, em caráter preliminar, que o e. relator, na qualidade de presidente do processo, determine a instrução conclusiva do feito, com vistas a possibilitar a formação de juízo de mérito sobre as presentes contas, compreendendo, necessariamente, o exame dos aspectos quantitativo e qualitativo da gestão e se foram observados os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do gasto público.

Requer-se também que o setor de instrução pronuncie conclusivamente se as contas, a seu juízo, estariam aptas a serem julgadas, emitindo opinião se estão regulares, regulares com ressalvas ou irregulares.

10. Em razão da Emenda Constitucional n.º 92/2017, publicada no D.O.E de 21 de agosto de 2017, que extinguiu o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, os autos foram redistribuídos a este Relator, Conselheiro Substituto Paulo César de Souza.

**É o relatório.**

## VOTO

Tomando por base o relatório acima, bem como a manifestação da unidade técnica, constataram-se irregularidades na Prestação de Contas de Gestão do Instituto de Previdência de Aracoiaba, exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Francisco Teófilo Sobrinho, sobre as quais discorrerei a seguir.

### 2. 1. Licitação

3. Em relação a este item, o órgão técnico, para fins de análise da regularidade dos procedimentos administrativos que ensejaram as despesas com os credores ASP-automação, serviços e produtos de informática; 3IT Consultoria LTDA ME; ARIMA-Consultoria atuarial, financeira e mercad., solicitou o encaminhamento dos seguintes documentos: extrato de publicação do edital, relatórios dos certames, termos de adjudicação e homologação, acompanhados das respectivas publicações

4. Em sede de esclarecimentos, o Sr. Francisco Teófilo Sobrinho afirmou haver encaminhado a documentação solicitada, pleiteando pela desconsideração do item em apreço.

5. Ao analisar as justificativas do defendente, [Informação nº 9287/2016 (2ª)], o órgão técnico entendeu no seguinte sentido:

a) Quanto à Empresa ASP-automação, serviços e produtos de informática: Não foram localizados nos autos os documentos solicitados, o que impossibilitou a comprovação de existência de procedimento administrativo para contratação com a mencionada empresa;

b) Quanto à Empresa 3IT Consultoria LTDA ME: O Responsável colacionou documentos que constituem o processo PREGÃO nº 001/2013-IPMA, restando comprovada a existência de respaldo legal às despesas oriundas dos empenhos nº 01020008 e nº 06060002<sup>1</sup>;

c) Quanto à Empresa ARIMA-Consultoria atuarial, financeira e mercad.: O responsável colacionou documentos que constituem o processo PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2013-PMA<sup>2</sup>.

6. Ademais, apontou  **fatos novos**  em relação à Empresa ARIMA, sobre os quais tratarei adiante.

7. a) Quanto à Empresa ASP-automação, serviços e produtos de informática, corroboro o disposto pela unidade técnica de que não foram encaminhados os documentos solicitados em fase diligencial. Por essa razão, proponho a aplicação de multa, no valor de R\$ 2.130,36, com fundamento no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93 c/c art. 154, IV do Regimento Interno do extinto TCM/CE.

<sup>1</sup> Foram apresentados Ata de Abertura e Julgamento das Propostas (fls. 173-174), Termo de Homologação e Adjudicação (fl. 171) e publicações (fls. 167-170).

<sup>2</sup> Foram apresentados Ata de Abertura e Julgamento das Propostas (fls. 178-180), Termo de Homologação e Adjudicação (fls. 181-182) e publicações (fls. 175-176).

8. b) Quanto à Empresa 3IT Consultoria LTDA ME, corroboro o posicionamento da unidade técnica de que “Em vista das peças disponibilizadas, resta comprovada a existência de respaldo legal às despesas oriundas dos empenhos”.

Identifiquei que restou pendente de apresentação o documento referente à publicação dos termos de adjudicação e homologação;

9. c) Quanto à Empresa ARIMA-Consultoria atuarial, financeira e mercad., a unidade técnica apresentou o seguinte fato novo:

Insta registrar que o valor licitado foi de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), enquanto as despesas realizadas junto à entidade ARIMA-CONSULTORIA ATUARIAL, FINANCEIRA E MERCAD atingiram o montante de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), restando a cifra de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sem comprovação de respaldo legal.

10. O interessado foi chamado a se defender no tocante aos fatos novos (seq. 101) tendo argumentado o que segue:

Por ocasião das Justificativas foram enviadas cópias dos processos licitatórios reclamados, tendo, na fase complementar sido questionado que o processo que amparou as despesas junto ao Credor ARIMA – Consultoria Atuarial, Financeira e Mercad. alusiva ao empenho 02010001, no montante de R\$ 6.000,00.

No que concerne à despesa em alude, pede-se a compreensão dos insígnies técnicos e Nobres Conselheiros, posto que a despesa, realizada no início do exercício financeiro e no primeiro ano do mandato 2013 – 2016, deu-se em caráter emergencial, dentro do limite de piso licitatório, apenas durante o período em que era realizado o processo licitatório respectivo.

Nesse diapasão, pede-se a compreensão dos insígnies técnicos e Nobres Conselheiros, posto que a despesa foi realizada **nos moldes previstos no art. 24 da Lei das Licitações**, inexistindo, no caso em comento, qualquer irregularidade, razão pela qual pede-se a desconsideração da suposta falha.

Diante de todo o exposto, e em consonância com a efetiva regularidade das despesas da Unidade Gestora em análise, resta ao Defendente senão pedir a desconsideração dos itens referenciados. (grifo nosso)

11. Ao analisar os argumentos de defesa, [Informação nº 1795/2017 (3ª)], a unidade técnica desconsiderou-os por entender que a contratação em comento não se tratou de situação urgente que necessitasse de atendimento imediato.

12. Ademais, a fim de fundamentar seu posicionamento, apresentou o entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho, que assevera a respeito:

No caso específico das contratações diretas, **emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico.** Como a licitação pressupõe

certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.

#### 9.2) Pressupostos da contratação direta

Para dispensa da licitação, incumbe à Administração avaliar a presença de **dois requisitos**:

**a) Demonstração concreta e efetiva da potencialidade de dano: a urgência deve ser concreta e efetiva. Não se trata de urgência simplesmente teórica. Deve ser evidenciada a situação concreta existente, indicando-se os dados que evidenciam a urgência.**

(...)

A expressão "prejuízo" deve ser interpretada com cautela, por comportar significações muito amplas. **Não é qualquer "prejuízo" que autoriza dispensa de licitação. O prejuízo deverá ser irreparável. Cabe comprovar se a contratação imediata evitará prejuízos que não possam ser recompostos posteriormente.** O comprometimento à segurança significa o risco de destruição ou de seqüelas à integridade física ou mental de pessoas ou, **quanto a bens, o risco de seu perecimento ou deterioração.**

**b) Demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco:** a contratação imediata apenas será admissível se restar evidenciado que será **instrumento adequado e eficiente de eliminar o risco**. Se o risco de dano não for suprimido através da contratação, inexistente cabimento da dispensa de licitação. Trata-se, portanto, de **expor a relação de causalidade entre a ausência de contratação e a ocorrência de dano – ou, mais precisamente, a relação de causalidade entre a contratação e a supressão do risco de dano.**

13. Esta Relatoria, ao observar os empenhos junto ao credor, observou tratar-se de objetos distintos, conforme quadro abaixo:

CPF/CNPJ – CREDOR HISTÓRICO DO EMPENHO	NÚMERO DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$)
TOTAL				118.661,00
07374237000181 – ARIMA- CONSULTORIA ATUARIAL, FINANCEIRA E MERCAD	02010001	02/01/2013	33903900	6.000,00
Valor que se empenha p/ fazer face as despesas com Prestacao de Servicos na Assessoria Atuarial de investimentos, concessao de beneficios e de regularizacao do CRP e acompanhamento do COMPREV, junto ao Instituto de Previdencia do Municipio de Aracoiaba, durante o mes de janeiro de 2013.				
07374237000181 – ARIMA- CONSULTORIA ATUARIAL, FINANCEIRA E MERCAD	13030002	13/03/2013	33903900	60.000,00
Valor que se empenha p/ fazer face as despesas com Servicos tecnicos especializados a serem prestados em consultoria atuarial, investimentos, concessao de beneficios, manutencao e regularizacao de certificado de regularidade previdenciario (CRP) e costumizacao do SIPREV/GESTAO, conforme licitacao PP no 003/2013-PMA, junto ao Instituto de Previdencia do Municipio de Aracoiaba.				
TOTAL				66.000,00

14. Pela análise dos elementos constantes no SIM, tem-se que a despesa de R\$ 6.000,00 realizada por meio de contratação direta, com base no art. 24 da Lei nº 8666/93, deu-se no início da gestão, para a realização do objeto supramencionado.

15. Importante mencionar que, quando do exame inicial, a unidade técnica não apresentou a irregularidade questionando sobre o enquadramento da contratação no art. 24 da Lei 8.666/93, tampouco pediu esclarecimentos acerca da situação emergencial do certame.

16. Diante disso, considero que o exame da ocorrência restou prejudicado. Ademais, não há elementos que indiquem que houve uma irregularidade, pois os objetos, consoante já dispus, são diferentes e a contratação em tela montou em R\$ 6.000,00, podendo ter ocorrido tanto a contratação por situação emergencial, quanto a contratação direta em função do valor.

17. É certo que é necessário comprovar a situação emergencial, conforme assevera o art. 26, parágrafo único da Lei nº 8666/93 (abaixo), mas essa comprovação não foi solicitada ao gestor.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço.

IV – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

18. Desse modo, deixo de aplicar qualquer penalidade nesse sentido, mas entendo pertinente que se recomende à atual gestão do Instituto que, nos processos de contratação direta decorrente de situação emergencial, demonstre caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa.

19. **2. Contratos**

20. Nesse tocante, a fim de atestar a regularidade na execução das despesas efetuadas pelas Empresas citadas no tópico anterior, foi solicitado pela unidade técnica, [Informação nº 3389/2015 (1ª)], o envio dos seguintes documentos: instrumento do contrato ou convênio, notas fiscais e recibos emitidos pelo credor, comprovantes do efetivo pagamento, tais como cópia dos cheques ou comprovantes de operações de TED/DOC juntamente aos extratos bancários contendo as respectivas compensações.

21. A defesa alegou que as contratações se deram nos moldes do que determina a Lei de Licitações e Contratos, bem como que acostou os documentos solicitados.

22. Em análise do feito, [Informação nº 9287/2016 (2ª)], o órgão técnico informou não haver localizado nos autos o termo de contrato referente a cada uma das Empresas já mencionadas. **Por essa razão, proponho a aplicação de multa, no valor de R\$ 2.130,36, com fundamento no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93 c/c art. 154, IV do Regimento Interno do extinto TCM/CE, vez que não foram encaminhados os documentos solicitados em fase diligencial.**

23. Quanto aos demais documentos, informou o encaminhamento dos mesmos, bem como atestou ter sido possível comprovar o efetivo pagamento ao credor ARIMA e 3IT.

24. Quanto à Empresa ASP., alegou não ser possível realizar o devido atesto de regularidade no pagamento, e seguiu apontando **fatos novos** referentes à análise da documentação solicitada. Empós análise das notas fiscais, recibos, comprovantes de pagamento, cheques, extratos bancários, identificou inconsistências quanto às Notas Fiscais nº 27439, nº 26111 e nº 31029.

25. Declarou que não foram encaminhados os comprovantes de pagamentos referentes às mesmas. Informou, ainda, que o cheque apresentado pela defesa (fl. 214), como modo de comprovar o efetivo pagamento referente à NF nº **32397**, não veio acompanhado do extrato que comprova a respectiva compensação, o que impossibilitou o atesto do pagamento feito ao credor.

26. Assim, dos R\$ 7.000,00 empenhados pela empresa sob análise, foi comprovado o pagamento de R\$ 4.200,00, restando pendente de comprovação o valor de R\$ 2.800,00.

27. Chamado a se defender quanto ao fato acima narrado, o defendente informou haver encaminhado os documentos que sanariam a falha (seq. 101).

28. Em derradeira análise técnica, foi emitido o seguinte pronunciamento [Informação nº 1795/2017 (3ª)]: “Verificando os documentos apresentados nesta oportunidade, às fls. 348-381, constatou-se que são semelhantes aos já disponibilizados na fase processual anterior, ou seja, não foram apresentadas novas peças em comprovação das despesas, portanto, persistem as pendências”.



29. Esta Relatoria, ao analisar os documentos encaminhados, identificou que, para as Notas Fiscais nº 27439, nº 26111 e nº 31029, não foram enviados os comprovantes de pagamento.

30. Todavia, o não envio dos comprovantes de pagamento, por si só, não pode ensejar irregularidade. Observei que recibos, notas fiscais e notas de pagamento foram encaminhados, havendo, pois, indícios de que houve o regular processamento da despesa.

31. Ademais, importante ressaltar que, diferentemente do que entendeu o órgão técnico, verifiquei a comprovação da regularidade do pagamento referente à nota fiscal nº 32397. Ao analisar os documentos encaminhados (em resposta à Informação nº 9287/2016), verifiquei o envio do extrato que demonstra a compensação do cheque emitido no valor de R\$ 700,00 (seq. 89), o qual comprova o efetivo pagamento ao credor. Por esta razão, descaracterizo a falha apontada.

### 32. 3. Diárias

33. Com relação às diárias, o setor técnico [Informação nº 3389/2015 (1ª)] apontou o seguinte:

[...] com fito de amostragem e em observância aos Princípios da Legalidade, Razoabilidade e Economicidade; esta Unidade Técnica solicita documento hábil e probatório da participação do Sr. FRANCISCO TEÓFILO SOBRINHO nos eventos ocorridos na cidade de Fortaleza/CE, que fundamentaram as diárias disponibilizadas pelas Portarias nos 14.017 e 14.019 (anexo I).

Vale acrescentar, que a portaria nº 14.019 autorizou a concessão de diárias para período que compreendeu os dias 11/05 e 12/05 de 2013, **respectivamente sábado e domingo.**

Pelo exposto, o Interessado deve prestar os devidos esclarecimentos na fase diligencial. (grifo nosso)

34. Em sede de defesa, foi afirmado o seguinte:

Tangente à situação em tablado, pede-se a compreensão dos insígnias técnicos e Nobres Conselheiros, posto que as diárias em alude se deram em estrito proveito da Municipalidade, inexistindo na legislação municipal qualquer proibição alusiva à concessão de diárias para deslocamentos em dias não úteis, cumprindo asseverar que o fato em tablado deu-se em caráter excepcional, como pode ser observando pelos próprios analistas.

Desta feita, e tendo em vista a ausência de qualquer irregularidade ou ilegalidade no pagamento, pede-se a desconsideração da suposta falha em comento.

35. Ao reexaminar o feito [Informação nº 9287/2016 (2ª)], a unidade técnica afirmou:



Constam ainda, às fls. 274 e 276, as Portarias nos 017 e 019, que autorizaram a concessão das diárias mencionadas na Informação Inicial, contudo, não foram colacionados comprovantes da participação do agente nos eventos declarados nos documentos.

36. Da análise dos documentos encaminhados, identifiquei que as portarias que concederam diárias ao Sr. Francisco Teófilo Sobrinho se deram nos seguintes termos:

- Portaria nº 017/2013: concessão de 4 diárias para o período de 06 a 09 de maio de 2013;
- Portaria nº 019/2013: concessão de 4 diárias para o período de 13 a 16 de maio de 2013.

37. Vale registrar que os dias para os quais foram concedidas as diárias corresponderam a dias úteis, diferente do que afirmou o órgão técnico.

38. De qualquer modo, a irregularidade pendente diz respeito ao não envio do documento que comprova que o interessado participou dos eventos. Por essa razão, proponho a aplicação de multa, no valor de R\$ 2.130,36, com fundamento no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93 c/c art. 154, IV do Regimento Interno do extinto TCM/CE, vez que não foram encaminhados os documentos solicitados em fase diligencial.

39. **4. Saldo Financeiro**

40. Em análise da Prestação de Contas encaminhada [Informação nº 3389/2015 (1ª)], o setor técnico fez os seguintes apontamentos:

**Saldo Financeiro Inicial**

CONTA	EXTRATO	BALANÇO	DIFERENÇA
7779-8	R\$ 4.469.150,62	R\$ 4.571.209,29	-R\$ 102.058,67
7780-1	R\$ 274,10	R\$ 3.848,20	-R\$ 3.574,10
7781-x	R\$ 7.908,93	R\$ 793,52	R\$ 7.115,41
7782-8	R\$ 7.699,75	R\$ 1.649,07	R\$ 6.050,68
230-0	R\$ 848.176,92	R\$ 848.190,50	-R\$ 13,58

**Saldo Financeiro Final**

CONTA	EXTRATO	BALANÇO	DIFERENÇA
7779-8	R\$ 3.772.860,94	R\$ 4.315.725,46	-R\$ 542.864,52
7780-1	R\$ 2.919,70	R\$ 4.025,60	-R\$ 1.105,90
7781-x	R\$ 790,80	R\$ 4.997,41	-R\$ 4.206,61
7782-8	R\$ 301.031,01	R\$ 301.110,44	-R\$ 79,43
7783-6	R\$ 143,12	R\$ 143,12	R\$ 0,00
230-0	R\$ 1.865.943,31	R\$ 1.930.597,04	-R\$ 64.653,73

41. Dos apontamentos, entendeu necessário que a defesa regularizasse as pendências ora verificadas.

42. Em seus esclarecimentos, o Sr. Francisco Teófilo Sobrinho afirmou haver encaminhado cópia do extrato, conciliação e documentos que comprovam os valores conciliados, além de pleitear a desconsideração da falha em comento.

43. Em reexame do feito [Informação nº 9287/2016 (2ª)], o órgão técnico identificou que novos documentos foram enviados, no entanto, permaneceram diferenças para algumas contas.

44. Quanto ao saldo financeiro inicial, fez o seguinte apontamento:

**Saldo Financeiro Inicial**

CONTA	EXTRATO	BALANÇO	DIFERENÇA (antes dos esclarecimentos)	DIFERENÇA (depois dos esclarecimentos)
7779-8	R\$ 4.574.201,29	R\$ 4.571.209,29	R\$ 102.058,67	R\$ 2.992,00
7780-1	R\$ 274,10	R\$ 3.848,20	R\$ 3.574,10	R\$ 3.574,10
7781-X	R\$ 7.908,93	R\$ 793,52	R\$ 7.115,41	R\$ 7.115,41
7782-8	R\$ 7.699,75	R\$ 1.649,07	R\$ 6.050,68	R\$ 6.050,68
230-0	R\$ 848.190,42	R\$ 848.190,50	R\$ 13,58	R\$ 0,08

45. No tocante às divergências apontadas pela unidade técnica no tocante ao saldo financeiro inicial, convém ressaltar que a comprovação dos fatos pendentes de regularização, bem como a demonstração do nexo de causalidade são práticas que, além de prudentes, são inerentes ao dever de prestar contas, tratando-se não se de uma obrigação do gestor público, mas também de uma forma de viabilizar uma melhor análise das contas.

46. É válido destacar, todavia, que o valor do “Saldo do exercício anterior” registrado no Balanço Financeiro deve ser correspondente ao “Saldo para o exercício seguinte” indicado no referido demonstrativo do ano imediatamente anterior. Observei, nesse tocante, que o saldo financeiro de abertura do exercício de 2013 é exatamente igual ao saldo de encerramento do exercício de 2012 (Processo 9015/13), ou seja R\$ 5.425.690,50 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e noventa reais e cinquenta centavos).

47. Sendo assim, a responsabilização acerca de eventual diferença encontrada entre o montante registrado como “Saldo do exercício anterior” no Balanço Financeiro e os valores existentes no banco no início do ano não recairia, a princípio, sobre o gestor que veio a assumir a Pasta, uma vez que tais valores estariam na competência da gestão anterior.

48. No entanto, é relevante destacar que qualquer divergência identificada deve ser corrigida ao longo do ano e esta ação deve ser devidamente evidenciada nos demonstrativos contábeis quando do encerramento do exercício.

49. No caso em exame, todavia, não foi realizada esta análise pela unidade técnica, tampouco se deu contraditório e ampla defesa ao Sr. Francisco Teófilo Sobrinho no tocante à necessidade de ajustes das divergências identificadas, portanto, não atribuirei responsabilidades ao gestor nesse tocante.

50. Ante o exposto, posiciono-me no sentido de excluir a ocorrência do exame das presentes contas.

51. Quanto ao **saldo financeiro final**, apontou o que segue:

Dados informados inicialmente:

CONTA	EXTRATO	BALANÇO	DIFERENÇA
7779-8	R\$ 3.772.860,94	R\$ 4.315.725,46	(R\$ 542.864,52)
7780-1	R\$ 2.919,70	R\$ 4.025,60	(R\$ 1.105,90)
7781-x	R\$ 790,80	R\$ 4.997,41	(R\$ 4.206,61)
7782-8	R\$ 301.031,01	R\$ 301.110,44	(R\$ 79,43)
230-0	R\$ 1.865.943,31	R\$ 1.930.597,04	(R\$ 64.653,73)

Dados informados em análise dos esclarecimentos [em resposta a Informação nº 9287/2016 (2ª)]:

CONTA	EXTRATO	BALANÇO	DIFERENÇA
7779-8	R\$ 3.486.310,70	R\$ 4.315.725,46	(R\$ 829.414,76)
7780-1	R\$ 2.919,70	R\$ 4.025,60	(R\$ 1.105,90)
7781-X	R\$ 790,82	R\$ 4.997,41	(R\$ 4.206,59)
<b>7782-8</b>	<b>R\$ 301.122,44</b>	<b>R\$ 301.110,44</b>	<b>R\$ 12,00</b>
230-0	R\$ 1.865.943,31	R\$ 1.930.597,04	(R\$ 64.653,73)

52. A unidade técnica, após análise, concluiu que não foram apresentados documentos hábeis a regularizar ou justificar as pendências apuradas.

53. Corroboro os valores apresentados pela unidade técnica na Informação nº 9287/2016, exceto quanto às contas 7779-8 e 7781-X.

54. Para a primeira, a unidade técnica apontou a divergência de (R\$ 542.864,52) na informação inicial e, após análise dos esclarecimentos, considerou que a diferença montava (R\$ 829.414,76). Peço vênias ao órgão técnico, mas considero que a divergência em tal conta monta (R\$ 542.864,52), vez que constam dos autos extratos que comprovam o valor de R\$ 3.772.860,94 e a conciliação bancária demonstra um valor de R\$ 542.864,52 pendente de comprovação pela defesa.

55. Para a conta 7781-X, a unidade técnica apontou a divergência de (R\$ 4.206,61) na informação inicial e, após análise dos esclarecimentos, considerou que a diferença montava (R\$ 4.206,59). Assim como no item anterior, não identifiquei o motivo da

mudança de entendimento da unidade técnica, razão pela qual considero a diferença a importância de (R\$ 4.206,61).

56. É válido acrescentar que a comprovação dos fatos pendentes de regularização, bem como a demonstração do nexo de causalidade são práticas que, além de prudentes, são inerentes ao dever de prestar contas. Tal comprovação, além de tratar-se de uma obrigação do gestor público, viabiliza uma melhor análise das contas e assegura a transparência e o controle social.

57. Sendo assim, considerando que não foram apresentados documentos nem esclarecimentos, **não há como sanar a divergência**, permanecendo, portanto, a impossibilidade de atestar a regularidade do saldo financeiro final.

58. Diante deste cenário, importa registrar que a IN nº 04/1994 do extinto TCM/CE, entendia que, quando os saldos bancários não estavam comprovados por conciliação bancária, implicava a restituição dos valores devidamente corrigidos, *in verbis*:

Art. 11. A não comprovação dos saldos bancários através da conciliação entre os extratos mensais e controles individuais da conta "BANCOS", **implicará restituição devidamente corrigida, ao erário municipal pelo ordenador da despesa**, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

59. Na interpretação da então Corte Municipal, quando o valor constante do extrato bancário era maior que aquele registrado nos demonstrativos contábeis significava uma falha formal que poderia ser facilmente dirimida com a apresentação da conciliação bancária. Por outro lado, em sendo esses valores menores, restaria configurado o dano, dado o indício do desvio do valor.

60. Em razão de todo o exposto, concluo pela imputação de débito no valor de R\$ 612.830,76 (seiscentos e doze mil, oitocentos e trinta reais e setenta e seis centavos) a ser atualizado monetariamente, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12160/93.

61. Além disso, por considerar que a falha em análise reflete um descontrole contábil e financeiro que vai de encontro às disposições acima destacadas, capaz de ensejar, por si só, o julgamento irregular das contas, posiciono-me aplicação de multa ao Sr. Francisco Teófilo Sobrinho, com fundamento no art. 55 da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

62. Por fim, é válido salientar que o presente julgamento circunscreve-se aos fatos constantes da instrução, excluídos, portanto, os não evidenciados nos autos, assim como os relativos a processos e procedimentos autônomos em tramitação nesta Corte de Contas.

63. Ante todo o exposto, **voto** no sentido de:

a) **julgar irregulares** as Contas do Instituto de Previdência de Aracoiaba, exercício 2013 (período de 01.01 a 31.12), de responsabilidade do Sr. Francisco Teófilo Sobrinho, na forma do art. 13, III, “b”, da Lei nº 12.160/93, pelo exposto no item 4;

b) **imputar** o débito de 612.830,76 (seiscentos e doze mil, oitocentos e trinta reais e setenta e seis centavos), pelo exposto no item 4;

c) **aplicar** ao Sr. Francisco Teófilo Sobrinho multa no valor de R\$ 6.391,08, com fulcro no art. 56, IV da Lei nº 12.160/93 c/c art. 154, IV do Regimento Interno do extinto TCM/CE, pelo exposto nos itens 1 e 3, bem como multa no valor de R\$ 60.000,00, com base no art. 55, da Lei nº 12.160/93, em virtude da irregularidade apontada no item 4;

d) **autorizar**, desde logo, por questão de economia processual, no caso de não recolhimento da quantia supramencionada e ocorrendo o trânsito em julgado da matéria, a cobrança judicial da dívida através da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, de acordo com o art. 71, XI, § 3º, c/c com o art. 75, ambos da Constituição Federal, o art. 76, § 3º da Constituição Estadual e o art. 156, §3º do Regimento Interno do extinto TCM;

e) **comunicar** ao responsável que o presente julgamento circunscreve-se aos fatos constantes da instrução, excluídos, portanto, os fatos não evidenciados nos autos, bem assim os relativos a processos e procedimentos autônomos em tramitação nesta Corte de Contas; e

f) **autorizar**, desde já, o **arquivamento do feito**, após a comprovação do pagamento da multa imposta e o trânsito em julgado da decisão.

Fortaleza, de maio de 2019.

---

Paulo César de Souza  
Conselheiro-Substituto  
**RELATOR**